

A.13

CCF supera divergências sobre forças irregulares

5/11/93

O Governo e a Renamo ultrapassaram ontem em Maputo, as divergências relativas à extinção dos grupos armados, paramilitares privados e irregulares, que de acordo com a nova calendarização da implementação do Acordo Geral de Paz, deverá iniciar-se ainda este mês.

O facto ocorreu na tarde de ontem, no Clube Militar, no decurso da reunião da Comissão de Cessar-Fogo (CCF) em que tomaram parte oficiais governamentais,

liderados pelo Brigadeiro Aleixo Malunga, e da Renamo, que eram encabeçados pelo Brigadeiro Dique.

De acordo com declarações prestadas ao nosso diário pelo chefe da delegação do Governo naquela comissão, o executivo manifestou-se pronto a iniciar o desmantelamento de tais forças, enquanto que o movimento de Afonso Dhlakama voltou a reiterar que não possuía nos seus efectivos nenhuma forças irregulares.

A este propósito, o Brigadeiro Aleixo Malunga disse que o Governo exigiu que houvesse uma fiscalização tendente a confirmar se de facto os chamados "majibas" eram só informadores e guias daquele movimento armado.

Na versão da Renamo os "majibas" eram naturais das zonas em que a guerrilha do movimento operava "e não estavam armados".

— Nós sabemos, e isso é verdade, que a Renamo operou também com forças irregulares. Para que haja transparência no processo de extinção nós (Governo) exigimos que houvesse uma fiscalização. Do nosso lado estamos prontos para apresentar as listas das forças irregulares, tendo em conta a necessidade de cumprirmos com o novo calendário da implementação do processo de paz — assegurou o oficial governamental em declarações ao "Notícias".

Sabe-se que a aprovação do plano de extinção das forças irregulares deverá anteceder o início do acantonamento das tropas do Governo e da Renamo, a verificar-se até dia 30 do mês em curso.

Até a passada quarta-feira mantinham-se ainda as divergências com relação ao desmantelamento destas forças, facto que poderia perigar a nova calendarização do processo de pacificação moçambicano.

Ainda ontem, a Comissão de Cessar-Fogo (CCF) aprovou as normas de conduta nos locais de reunião e acomodação, para além de ter abordado a questão relativa à lista dos locais de tropas que não serão abrangidas pelo acantonamento e o seu respectivo número.

Quanto à questão dos procedimentos a serem observados para a desmobilização dos efectivos do Governo e da Renamo, nenhum documento chegou a ser assinado, pelo facto de a delegação do movimento de Afonso Dhlakama, ter solicitado tempo para alinhar pormenores de "natureza técnica".

O "Notícias" soube de fonte próxima do encontro, que o Comissão de Cessar-Fogo havia também agendado para o encontro de ontem a discussão da proposta de plano estabelecendo o número de organizações de segurança a serem autorizadas para garantir a protecção de determinadas infra-estruturas públicas e privadas.